

# Governo desrespeita Carta

ANTÔNIO E. A. NETO  
HIGS 706

A última semana que antecedeu a promulgação da nova Carta Política do País, encerrou procedimento flagrantemente desrespeitoso do Governo Federal para com o Poder Legislativo e a própria Assembleia Constituinte.

O Diário Oficial da União de 29.09.88, em sua Seção-I, publicou nada mais nada menos de 41 decretos firmados pelo Presidente da República e pelo Ministro das Comunicações, outorgando concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens (rádio e televisão).

Os Diários Oficiais de 30.09 e 03.10.88 publicaram, respectivamente, mais 15 e 06 decretos idênticos, num total de 21. Vê-se, pois, que apenas em dois dias o Governo Central outorgou 62 concessões para rádio e televisão.

Além disso, praticamente todos os Ministérios tiveram suas estruturas modificadas com a criação de centenas de cargos de Direção e Assessoramento Superior — DAS, isto sem falar-se na verdadeira "burla" à nova Constituição, qual seja a decantada transformação da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional em Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional — Saden, cujo titular, por força do Decreto nº 96.815, de 28.09.88, tem os status de ministro de Estado.

A Secretaria de Administração da Presidência da República — Sedap (Ministério da Administração), recentemente reformulou também sua estrutura interna, via da qual foram criadas dezenas de órgãos internos e, igualmente, cargos de DAS, não obstante as constantes denúncias de irregularidades apontadas pela imprensa nacional de clientelismo e favorecimento do próprio titular desse órgão, Sr. Aluizio Alves, a seus amigos, contrerâneos e eleitores seus e de seus parentes e correligionários no Estado do Rio Grande do Norte.

Recentemente, um jornal de grande circulação em nossa Capital veiculou, em "manchete", tais irregularidades que beiram



a órbita da lei penal vigente. Foram inclusive publicados alguns nomes de pessoas favorecidas pelo ministro Alves com emprego permanente, inclusive para o fim de habilitarem-se à aquisição de imóveis funcionais.

O *Jornal do Brasil*, em edição recente, apontou caso grave, qual seja o fato de o próprio Secretário-Geral da Sedap — PR ter em seu nome uma mansão no Lago Sul e um apartamento de luxo na Asa Sul, sendo os dois imóveis funcionais; da União.

Além disso, uma irmã do referido Secretário-Geral, Sra. Maria das Graças Fernandes Marcelino, foi recentemente brindada com um emprego através da FUNCEP, a fim de poder habilitar-se a aquisição do imóvel funcional onde reside, conforme o mesmo noticiário.

Aliás, a FUNCEP, Fundação destinada à formação profissional do servidor público, na gestão do Sr. Aluizio Alves foi transformada em verdadeiro "cabide de empregos", conforme noticiado pela imprensa local e nacional.

O Tribunal de Contas da União, através do Diário Oficial da União de 19.08.88, Seção I, página 15.825, fez publicar o Anexo III da Ata nº 38, de 27.07.88, relativo a Sessão Ordinária do Plenário, onde, em julgamento do Processo TC nº 002.603/87-0, detectou gravíssimas irregularidades na Sedap

— PR com relação aos imóveis funcionais da União, tendo constatado 2.871 ocupações irregulares. Não obstante esse elevado número de ocupações irregulares e contrárias à lei, constatou o Egrégio TCU, ainda, casos de pagamento de hospedagens em hotéis de Brasília para funcionários lotados nesta Capital.

Recentemente, foi a União Federal condenada em Ação Ordinária, pela Juíza de Direito da 6ª Vara Federal — DF, a pagar alugueres no período de março de 1985 e até quando a Sucad — Sedap resolve cumprir a lei e me destinar o imóvel funcional a que faço jus por força do cargo de Promotor de Justiça do Distrito Federal.

Nos próximos dias, cerca de 50 Promotores de Justiça e Procuradores da República igualmente preteridos pelo Sr. Aluizio Alves na distribuição dos imóveis funcionais, estarão ingressando também em Juízo, o que, por certo, provocará grave prejuízo aos cofres públicos, resultante da desídia dos dirigentes da Sedap — PR.

Todos esses fatos devem ser guardados pela população, que, sofredamente paga seus impostos e vive com salários aviltantes.

Enquanto isso, o próprio Governo Federal, "driblando" a Carta Magna do País e desrespeitando o Poder Legislativo, lança, via Diário Oficial, vergonhosa avalanche de decretos criando centenas de cargos e órgãos com sesível sobrecarga aos já escorchantes gastos públicos, mas, como o povo não lê Diário Oficial mas ouve rádio, todos assistem o Chefe do Executivo, em derramados discursos "ao pé do rádio" apregoando que a inflação deve cair e que cairá...

Deus nos proteja a todos e proteja também este País ora combalido por crise moral sem precedentes e não ocorrida nem mesmo ao tempo da ditadura.

Ao tempo da ditadura nunca ouvimos a assertiva do Presidente Ulisses Guimarães, nem de nenhum político no sentido de que "a corrupção é o cupim da República"!!!